



## **PARTIDO NOVO**

### **TERMO DE COMPROMISSO DE GESTÃO**

\_\_\_\_\_, brasileiro(a),  
portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, do título de  
eleitor nº \_\_\_\_\_, zona eleitoral nº \_\_\_\_\_, seção  
nº \_\_\_\_\_, firmo o presente compromisso:

#### **TÍTULO I – PRINCÍPIOS**

**Art. 1.º** - Transparência, coerência, ética, mérito e eficiência são princípios do NOVO e devem ser observados por todos.

**Art. 2.º** - Esse termo estabelece os princípios e as regras disciplinadoras do Compromisso de Gestão dos candidatos e mandatários do Partido NOVO ("NOVO") para cargos eletivos do Poder Executivo.

**Art. 3.º** - Sem prejuízo do disposto no Estatuto, programa, termo de compromisso Partidário, código de conduta ou das normas, resoluções e decisões emitidas pelos Diretórios do NOVO e legislação vigente, o disposto nesse compromisso deve ser conhecido e observado por todos os candidatos e mandatários do NOVO.

#### **TÍTULO II - DISCIPLINA PARTIDÁRIA**

**Art. 4.º** - Esse compromisso é condição essencial para o exercício de mandato eletivo para o poder Executivo e vincula:

- I** - o candidato a cargo eletivo pelo NOVO na condição de titular ou vice;
- II** - mandatários do NOVO;
- III** - mandatários, nos cargos do Poder Executivo, provenientes de outros partidos que migraram para o NOVO na condição de titular ou vice;

**Parágrafo Único** – A violação desse compromisso configura indisciplina partidária.

### **TÍTULO III – ESTRATÉGIA POLÍTICA**

**Art. 5º.** - A estratégia de participação do NOVO em eleições será determinada pelo Diretório Nacional do NOVO, ou por outro órgão por este indicado, que definirá os Municípios e locais onde o partido irá concorrer e lançar candidaturas.

**Parágrafo Único** - A estratégia política de participação em eleições obriga todas as instâncias partidárias bem como os filiados e mandatários do NOVO.

### **CAPÍTULO I - ATUAÇÃO**

**Art. 6º.** - Todos os mandatários do NOVO se comprometem a cumprir, durante o exercício do mandato eletivo, as seguintes exigências de atuação:

**I** - Estabelecer planejamento e objetivos, tão mensuráveis quanto possível, para alcançar resultados de curto, médio e longo prazos;

**II** - Instituir, propor e apoiar projetos de lei e outros tipos de medidas que tenham por objetivo a extinção, diminuição ou simplificação da burocracia, da ingerência do poder público sobre o privado, e a diminuição da carga tributária;

**III** - Instituir, propor e apoiar ações que viabilizem a transparência pública e informações sobre arrecadação de receitas, alocação de recursos, pagamentos e contratos do Poder Executivo;

**IV** - Instituir, propor e apoiar medidas que incentivem e garantam as liberdades individuais, o empreendedorismo, a livre concorrência e, sempre que possível, a transferência de atividades exercidas pelo poder público para o setor privado;

**V** - Propor, defender e propugnar medidas que visem a efetiva descentralização fiscal, política e administrativa do país, a fim de aumentar as matérias legislativas de cunho eminentemente estadual e diminuir os temas de competência legislativa da União, visando a implementação de um Estado efetivamente federativo, que respeite as diversidades regionais e os interesses do cidadão.

**VI** - Atuar dentro das normas, preceitos e utilizar seus conhecimentos de gestão para administrar os bens públicos, reduzir despesas, aumentar

receitas, realizar provisões, tendo como princípio que os recursos públicos são escassos e derivados dos impostos do Cidadão;

**VII –** Reduzir privilégios, eleger prioridades, buscar resultados, organizar os setores da administração pública trazendo eficiência e qualidade para os serviços públicos.

**Parágrafo Único -** É vedado ao mandatário firmar alianças ou compromisso de qualquer natureza, com partidos, parlamentares, entes políticos ou da sociedade civil ou qualquer outra instituição sem a anuência prévia e comprovada do Diretório Nacional do NOVO.

### **TÍTULO III – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 7.º** - O presente Termo tem efeito imediato após sua assinatura pelo filiado, detentor ou não de mandato, e encerra sua vigência no término da eleição disputada - para o filiado que não for eleito - ou no fim do exercício do cargo de titular ou vice do Poder Executivo para o qual tenha sido eleito.

**Art. 8.º** -.O mandatário se obriga a enviar ao NOVO, a cada três meses, contados de sua posse, um relatório sobre suas atividades.

**Art. 9.º** - As disposições contidas no presente termo poderão ser acrescidas ou alteradas, pelo Diretório Nacional do NOVO, para adequações e atualizações.

São Paulo - SP, 08 de março de 2016.

---

Nome do Compromissado



1ª testemunha: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

2ª testemunha: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_